

Bonfante Energética S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Período de Seis Meses
Findo em 30 de Junho de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Bonfante Energética S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Bonfante Energética S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG



Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº 1 MG 076441/O-9

2021BH008012_BNF 2021-06-30

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global" não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de class global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4 (a)	920	-	Fornecedores		34	273
Aplicações financeiras	4 (b)	114	2.139	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		18	143
Contas a receber de clientes	5	6.049	4.213	Impostos e contribuições a recolher		234	153
Impostos a recuperar		292	250	Provisão para férias e 13º salário		310	155
Despesas antecipadas		6	232	Receita diferida	9	252	248
Outros ativos circulantes		<u>4</u>	<u>6</u>	Provisões para compromissos futuros	10	114	205
Total dos ativos circulantes		<u>7.385</u>	<u>6.840</u>	Dividendos a pagar	8 e 11 (c)	5.933	8.161
				Outros passivos	1.2	<u>1.475</u>	<u>734</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>8.370</u>	<u>10.072</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições diferidos	14	17	17	Provisões para compromissos futuros	10	<u>2.577</u>	<u>2.626</u>
Impostos a recuperar		1	-	Total dos passivos não circulantes		<u>2.577</u>	<u>2.626</u>
Depósitos judiciais		56	54				
Imobilizado	6	72.582	73.945				
Intangível	7	<u>192</u>	<u>296</u>				
Total dos ativos não circulantes		<u>72.848</u>	<u>74.312</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social		36.645	36.645
				Reservas de lucros		<u>32.641</u>	<u>31.809</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>69.286</u>	<u>68.454</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>80.233</u>	<u>81.152</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>80.233</u>	<u>81.152</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	12	17.974	26.116
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Taxas setoriais		(31)	(29)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(133)	(111)
Custos com pessoal		(587)	(453)
Custos com operação		(36)	(59)
Custos com manutenção		(194)	(167)
Outros custos		(1)	(1)
Custo com meio ambiente		(5)	-
Custo com seguros		(233)	(74)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	(740)	(837)
Custos com depreciação e amortização	6 e 7	(1.440)	(1.426)
		(3.400)	(3.157)
LUCRO BRUTO		14.574	22.959
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(439)	(348)
Despesas administrativas e gerais		(50)	(349)
Outras despesas operacionais		(52)	(25)
		(541)	(722)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		14.033	22.237
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	13	(12)	(16)
Receitas financeiras	13	9	27
		(3)	11
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		14.030	22.248
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	14	(566)	(501)
Diferido	14	-	(331)
		(566)	(832)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		13.464	21.416
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,52	0,36
Quantidade média ponderada de ações		26.087.840	26.087.840

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Lucro líquido do período	13.464	21.416
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do período	<u>13.464</u>	<u>21.416</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial	Dividendos propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		36.645	6.755	8.344	-	-	51.744
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,32 por ação)	11 (c)	-	-	(8.344)	-	-	(8.344)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	21.416	21.416
Dividendos propostos (R\$0,82 por ação)	11 (d)	-	-	-	21.416	(21.416)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		<u>36.645</u>	<u>6.755</u>	<u>-</u>	<u>21.416</u>	<u>-</u>	<u>64.816</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		36.645	7.329	24.480	-	-	68.454
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,48 por ação)	11 (c)	-	-	(12.632)	-	-	(12.632)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	13.464	13.464
Dividendos propostos (R\$0,52 por ação)	11 (d)	-	-	-	13.464	(13.464)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		<u>36.645</u>	<u>7.329</u>	<u>11.848</u>	<u>13.464</u>	<u>-</u>	<u>69.286</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.030	22.248
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível		-	5
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	13	(2)	(2)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	13	(7)	(25)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	13	9	11
Depreciação e amortização	6 e 7	1.440	1.426
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	740	837
Constituição do ajuste MRE	9	106	(10.276)
Apropriação de receita diferida	9	(102)	(464)
PIS e COFINS diferidos sobre ajuste MRE		-	392
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(1.836)	(999)
Impostos a recuperar		(42)	(32)
Despesas antecipadas		226	67
Outros ativos		2	-
Fornecedores		(239)	32
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(125)	(98)
Impostos e contribuições a recolher		(335)	(313)
Provisão de férias e 13º salário		155	72
Pagamento compromissos futuros	10	(90)	(90)
Outros passivos		-	-
Caixa gerado nas operações		<u>13.930</u>	<u>12.791</u>
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		<u>(145)</u>	<u>(135)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>13.785</u>	<u>12.656</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações em aplicações financeiras		(13.463)	(14.281)
Resgates (aplicações) em aplicações financeiras		15.495	13.120
Aquisição de imobilizado e intangível	6 e 7	<u>(37)</u>	<u>(71)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>1.995</u>	<u>(1.232)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos	11	<u>(14.860)</u>	<u>(10.576)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(14.860)</u>	<u>(10.576)</u>
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>920</u>	<u>848</u>
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4 (a)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4 (a)	920	848
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>920</u>	<u>848</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Bonfante Energética S.A. (“Companhia” ou “Bonfante”) é uma subsidiária direta da PCHPAR Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 10 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio das Resoluções nº 357/2001 e nº 132/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Paraibuna, no município de Simão Pereira, em Minas Gerais, com capacidade de licença instalada de 19 MW e uma linha de transmissão de 1,25 km de extensão.

A contratação de energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de agosto de 2008.

Em 2 de agosto de 2008, por meio do Despacho ANEEL nº 2.865, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada, com potência instalada de 19 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 19 MW e energia anual assegurada de 13,48 MWm ano. O término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

As informações sobre capacidade de licença instalada e em operação, energia anual assegurada e quilômetros de extensão, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2021, o balanço patrimonial apresenta capital circulante líquido negativo, no montante de R\$985 (R\$3.232 em 31 de dezembro de 2020). No entanto, a Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere a dividendos a pagar aos acionistas da Companhia, e a Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Essas informações financeiras intermediárias individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 8 de fevereiro de 2021.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia - MRE

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Eletrobrás emitiu comunicado informando os descontos referentes aos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) no montante de R\$124. Os valores estão sendo descontados dos faturamentos da Companhia em parcelas mensais (1/12 avos mensais) de janeiro a dezembro de 2021.

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico - RRH

A Companhia aderiu à RRH referente nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

A partir de julho de 2020, a Eletrobrás informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobrás, manifestando a discordância com o procedimento adotado pela empresa no que se refere ao desconto do valor do Prêmio de Risco Hidrológico (“PRH”) no pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente (julho/20).

Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobrás se pronunciou sobre a notificação de controvérsia, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando também a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para que esta se pronuncie.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou manifestação acerca do pronunciamento da Eletrobras ratificando o teor as notificações de controvérsia e reiterando a solicitação quanto ao procedimento de desconto do valor do PRH.

Em 30 de junho de 2021, a companhia possui uma provisão de R\$1.475 constituída no passivo circulante na rubrica “outros passivos” em contrapartida ao resultado na rubrica “prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)”. O respectivo efeito no resultado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 montou em R\$740.

1.3. Revisão da garantia física

Em 23 de junho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da ABRAGEL de suspensão das portarias do MME que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria MME nº 463/2009. O Ministério Minas e Energia (“MME”) restabeleceu, por meio da Portaria 267/2015, as garantias físicas das PCHs aos seus montantes originais, bem como suspendeu o mecanismo automático de revisão extraordinária de garantia física previsto para todas a Companhia.

Em 28 de junho 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância da liminar obtida em junho de 2015 pela ABRAGEL, abrangendo a Companhia, onde o magistrado julgou procedente o pedido da autora de não sofrer revisões de garantia física “automática”, conforme Portaria MME 463/2009, bem como anular as Portarias publicadas antes do pedido da referida liminar, retrocedendo seus efeitos e reestabelecendo a garantia física original. Adicionalmente, a sentença solicita que seja comunicado à CCEE a respectiva decisão para que a mesma promova a recontabilização de todo o período afetado, ajustando adequadamente as posições dos agentes afetados.

Em função das garantias físicas estarem vigentes em seus montantes originais devido a decisões liminares, os contratos PROINFA retornaram nos montantes originais de energia contratada.

Diante das decisões judiciais favoráveis conforme descrito acima, a Companhia, em junho de 2020, solicitou aos seus assessores jurídicos parecer específico sobre a ação judicial em curso, considerando também as jurisprudências recentes sobre o tema. Com base na análise efetuada pela Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos sobre as ações judiciais para questionar o procedimento automático de revisão extraordinária de garantia física na portaria MME 463/2009, a Companhia concluiu que os valores anteriormente reconhecidos como receita diferida deveriam ser apropriados ao resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 em contrapartida da rubrica “receita líquida”, no montante de R\$11.588, uma vez que os critérios de reconhecimento de receita estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente foram atingidos.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias individuais e foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações relevantes em relação àquelas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que devem ser lidas em conjunto com essas informações financeiras intermediárias.

3. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia não realizou alterações significativas na forma e no gerenciamento de riscos em comparativo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais, individuais, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	34	-	-	34
Total	<u>34</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34</u>

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/21	31/12/20
Bancos	920	-
	<u>920</u>	<u>-</u>

b) Aplicações financeiras

	30/06/21	31/12/20
Fundos de investimentos em renda fixa (i)	114	2.139
	<u>114</u>	<u>2.139</u>

- (i) Referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 62,83% e 119,41% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia e suas controladas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$6.049 em 30 de junho de 2021 (R\$4.213 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020, com o início do pagamento do prêmio de risco hidrológico, a Eletrobrás passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, e não como ajuste financeiro no faturamento conforme previsto no contrato PROINFA, no âmbito do MRE, permanecendo em 30 de junho de 2021, na rubrica contas a receber o valor de R\$1.351 até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobrás (vide nota explicativa nº 1.2).

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à ELETROBRAS como administradora do programa.

6. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Custo Histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	-	1.799	-	1.799	1.790
Turbina hidráulica	2,50%	25.605	(6.819)	18.786	19.100
Conduto forçado	3,13%	381	(113)	268	274
Gerador	3,33%	12.648	(5.111)	7.537	7.748
Comporta	3,33%	5.292	(2.120)	3.172	3.262
Subestação unitária	3,57%	8.682	(3.976)	4.706	4.861
Estrutura de tensão	3,57%	753	(286)	467	478
Casa de força produção hidráulica	2,00%	27.339	(7.014)	20.325	20.598
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	15.204	(3.614)	11.590	11.803
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	6.737	(2.884)	3.853	3.956
Imobilizado em curso	-	79	-	79	75
		<u>104.519</u>	<u>(31.937)</u>	<u>72.582</u>	<u>73.945</u>

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos da Lei 12.783/2013 e do Decreto 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga será realizado após apreciação pela Aneel do atendimento aos critérios estabelecidos na referida lei.

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas outorgas, limitada a 7 anos. A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021. Em 13.07.2021 foi publicada a Lei 14.182, a qual consolidou o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram nos termos da Resolução Normativa 684/2015. O processo de cálculo e homologação das extensões encontra-se em curso na ANEEL / CCEE.

Eventuais efeitos contábeis decorrentes desses assuntos, somente serão refletidos nas demonstrações financeiras mediante aprovação da ANEEL e dos órgãos de governança da Companhia.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9.158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Portanto, no caso do empreendimento da Companhia, não há, no momento atual, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que os ativos possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas a partir do ano de 2028, mediante procedimentos e critérios já definidos na legislação, já devidamente regulamentados. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

b) Movimentação do imobilizado

06/2021

Custo	31/12/20	Adições	Baixas	30/06/21
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	1.790	9	-	1.799
Turbina Hidráulica	25.599	6	-	25.605
Conduto forçado	381	-	-	381
Gerador	12.648	-	-	12.648
Comporta	5.292	-	-	5.292
Subestação unitária	8.682	-	-	8.682
Estrutura de tensão	753	-	-	753
Casa de força produção hidráulica	27.339	-	-	27.339
Reservatório, barragem, adutora	15.272	-	(68)	15.204
Outras máquinas e equipamentos	6.715	22	-	6.737
Imobilizado em curso	75	4	-	79
	<u>104.546</u>	<u>41</u>	<u>(68)</u>	<u>104.519</u>
(-) Depreciação				
Turbina Hidráulica	(6.499)	(320)	-	(6.819)
Conduto forçado	(107)	(6)	-	(113)
Gerador	(4.900)	(211)	-	(5.111)
Comporta	(2.030)	(90)	-	(2.120)
Subestação unitária	(3.821)	(155)	-	(3.976)
Estrutura de tensão	(275)	(11)	-	(286)
Casa de força produção hidráulica	(6.741)	(273)	-	(7.014)
Reservatório, barragem, adutora	(3.469)	(145)	-	(3.614)
Outras máquinas e equipamentos	(2.759)	(125)	-	(2.884)
	<u>(30.601)</u>	<u>(1.336)</u>	<u>-</u>	<u>(31.937)</u>
Imobilizado líquido	<u>73.945</u>	<u>(1.295)</u>	<u>(68)</u>	<u>72.582</u>

06/2020

Custo	31/12/19	Adições	Baixas	30/06/20
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	1.876	7	-	1.883
Turbina Hidráulica	25.568	-	-	25.568
Conduto forçado	366	-	-	366
Gerador	12.594	25	-	12.619
Comporta	5.271	-	-	5.271
Subestação unitária	8.682	-	-	8.682
Estrutura de tensão	753	-	-	753
Casa de força produção hidráulica	27.339	-	-	27.339
Reservatório, barragem, adutora	15.061	211	-	15.272
Outras máquinas e equipamentos	6.607	36	-	6.643
Imobilizado em curso	75	-	-	75
	<u>104.192</u>	<u>279</u>	<u>-</u>	<u>104.471</u>

Custo	31/12/19	Adições	Baixas	30/06/20
(-) Depreciação				
Turbina Hidráulica	(5.853)	(320)	-	(6.173)
Conduto forçado	(91)	(6)	-	(97)
Gerador	(4.471)	(210)	-	(4.681)
Comporta	(1.844)	(90)	-	(1.934)
Subestação unitária	(3.511)	(155)	-	(3.666)
Estrutura de tensão	(252)	(11)	-	(263)
Casa de força produção hidráulica	(6.194)	(273)	-	(6.467)
Reservatório, barragem, adutora	(3.180)	(144)	-	(3.324)
Outras máquinas e equipamentos	(2.501)	(123)	-	(2.624)
	(27.897)	(1.332)	-	(29.229)
Imobilizado líquido	76.295	(1.053)	-	75.242

7. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	30/06/21	31/12/20
Servidões	-	10	10
Software	20%	21	21
Medidas compensatórias	20%	814	814
Indenização de terras	-	5	5
Legalização de terras	-	78	78
Amortização acumulada	-	(736)	(632)
		192	296

b) Movimentação do intangível

06/2021

Custo	31/12/20	Adições	Baixas	30/06/21
Servidões	10	-	-	10
Software	21	-	-	21
Medidas compensatórias	814	-	-	814
Indenização de terras	5	-	-	5
Legalização de terras	78	-	-	78
	928	-	-	928
(-) Amortização				
Software	(8)	(2)	-	(10)
Medidas compensatórias	(624)	(102)	-	(726)
	(632)	(104)	-	(736)
Intangível líquido	296	(104)	-	192

06/2020

<u>Custo</u>	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/20</u>
Servidões	48	-	-	48
Software	15	5	-	20
Medidas compensatórias	628	-	(3)	625
Indenização de terras	5	-	-	5
Legalização de terras	91	-	-	91
	<u>787</u>	<u>5</u>	<u>(3)</u>	<u>789</u>
(-) Amortização				
Software	(4)	(2)	-	(6)
Medidas compensatórias	(459)	(92)	-	(551)
	<u>(463)</u>	<u>(94)</u>	<u>-</u>	<u>(557)</u>
Intangível líquido	<u>324</u>	<u>(89)</u>	<u>(3)</u>	<u>232</u>

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
<u>Passivo circulante – fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A. (i)	4	228
<u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>		
PCHPAR Participações S.A.	5.933	8.161

- (i) Refere-se à gastos com serviços comuns entre as empresas, os quais são reembolsados por meio de notas de débito

As disposições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2021 a remuneração da administração foi de R\$7 (R\$7 em 30 de junho de 2020).

9. RECEITA DIFERIDA

- a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
Exposição ao MRE (a)	252	248
	<u>252</u>	<u>248</u>

b) Movimentação da receita diferida

06/2021

	<u>31/12/20</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/21</u>
Exposição ao MRE (a)	248	106	(102)	252
	<u>248</u>	<u>106</u>	<u>(102)</u>	<u>252</u>

06/2020

	<u>31/12/19</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/20</u>
Exposição ao MRE (b)	955	29	-	(464)	520
Revisão da garantia física (c)	10.247	1.341	(11.588)	-	-
	<u>11.202</u>	<u>1.370</u>	<u>(11.588)</u>	<u>(464)</u>	<u>520</u>

(a) Exposição ao MRE- 2020 e 2021 - Vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1.

(b) Exposição ao MRE 2020.

(c) Garantia Física – vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1.3.

10. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/20</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/21</u>
Compromissos socioambientais (a)	2.142	-	(68)	-	9	2.083
Provisão para medidas compensatórias (b)	204	-	-	(90)	-	114
Provisão para legalização de terras (c)	78	-	-	-	-	78
Provisão para indenizações de terras (d)	407	9	-	-	-	416
Total	<u>2.831</u>	<u>9</u>	<u>(68)</u>	<u>(90)</u>	<u>9</u>	<u>2.691</u>
Passivo circulante	205					114
Passivo não circulante	2.626					2.577

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), que prevê o reflorestamento de áreas. Para cumprir as exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda adquirir ainda as terras a serem reflorestadas. O PACUERA ainda está em processo de aprovação por parte do agente licenciador competente.
- (b) Provisão para medidas compensatórias - a licença de operação da Companhia foi obtida junto ao IBAMA em 26 de junho de 2013, com prazo de 05 anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros.
- (c) Provisão para legalização de terras - a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras - para realizar a construção da PCH, foi necessário a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$36.645 e está representado por 26.087.840 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 18 de fevereiro de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade dos dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2019	16.444
Dividendos distribuídos	8.344
Dividendos pagos	(10.576)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>14.212</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.161
Dividendos distribuídos	12.632
Dividendos pagos	(14.860)
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>5.933</u>

d) Proposição de Dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$13.464 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2021 (R\$21.416 em 30 de junho de 2020), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

12. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/20</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	18.659	16.366
Ajustes:		
Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	(26)	493
Recontabilização + Consumo Interno	22	-
Revisão de Garantia Física	-	10.247
	<u>18.655</u>	<u>27.106</u>

	30/06/21	30/06/20
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS Corrente	(681)	(598)
PIS e COFINS Diferido	-	(392)
	<u>(681)</u>	<u>(990)</u>
Receita líquida de vendas	<u>17.974</u>	<u>26.116</u>

13. RESULTADO FINANCEIRO

	30/06/21	30/06/20
Despesas financeiras:		
Atualização financeira compromissos futuros	(9)	(11)
Outras despesas	(3)	(5)
	<u>(12)</u>	<u>(16)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	7	25
Atualização depósito judicial	2	2
	<u>9</u>	<u>27</u>
Total líquido	<u>(3)</u>	<u>11</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/21		30/06/20	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita corrente	18.659	18.659	16.366	16.366
Receita diferida	(4)	(4)	10.740	10.740
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	7	7	25	25
Outras receitas financeiras	2	2	2	2
Base de cálculo	<u>1.501</u>	<u>2.248</u>	<u>2.195</u>	<u>3.280</u>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	<u>376</u>	<u>202</u>	<u>549</u>	<u>295</u>
Diferença de alíquota (*)	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>364</u>	<u>202</u>	<u>537</u>	<u>295</u>
Correntes	(364)	(202)	(322)	(179)
Diferidos	-	-	(215)	(116)

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido da Companhia é composto como segue:

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
PIS/COFINS diferidos	9	9
IRPJ/CSLL diferidos	8	8
	<u>17</u>	<u>17</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
Ativos financeiros:		
Mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	920	-
Aplicações financeiras	114	2.139
Contas a receber	6.049	4.213
Depósitos judiciais	56	54
Outros ativos	4	6
Passivos financeiros:		
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	34	273
Outros Passivos	-	734

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do período, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (6,75%), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tal taxa foi estressada em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

Operação	Exposição	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	<u>30/06/21</u>					
Aplicação financeira	114	Baixa do CDI	Resultado	<u>8</u>	<u>6</u>	<u>4</u>

16. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

Em 28 de abril de 2021, a Companhia contratou cobertura de seguro no valor de R\$6.089 para indenizações por danos civis, com vigência até 28 de abril de 2022, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2021, com vigência até 27 de junho de 2022, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$178.859, lucros cessantes no montante de R\$45.468, linha transmissão - R\$10.245 e Barragens - R\$68.384.

17. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/20</u>
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	9	218
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	68	3
Resultado no custo sobre aquisição de ativo imobilizado e intangível	5	5

18. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2021.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar
Diretor

Contador

Rafael Lopes Carvalhais
CRC MG – 110.880/O-2